



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1014046-69.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Adicional por Tempo de Serviço**
 Requerente: **Elsio Sidnei de Andrade**
 Requerido: **Fazenda do Estado de São Paulo**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Arielle Escandolhero Martinho Fernandes**

Vistos.

Trata-se de ação proposta por Elsio Sidei de Andrade contra a Fazenda Pública do Estado de São Paulo, buscando a incidência de verbas salariais, tais como Adicional de Local de Exercício e Adicional de Insalubridade, sobre o quinquênio. Requereu a tutela antecipada, bem como os benefícios da assistência judiciária gratuita.

O juízo indeferiu a tutela antecipada.

Em contestação, a Fazenda Pública arguiu, em preliminar, a inépcia da inicial, eis que o autor não teria especificado sobre quais valores pretende a incidência do quinquênio. No mérito, afirma que a lei determina que o quinquênio deve incidir sobre os vencimentos.

Réplica às fls.44/48.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Cabe julgamento antecipado da lide nos termos do artigo 355, I, do Código de Processo Civil, uma vez que a matéria discutida é exclusivamente de direito e não há fatos a serem provados.

Defiro ao autor os benefícios da assistência judiciária gratuita.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A inicial não é inepta, eis que o autor, não obstante não ter especificado todos os adicionais que pretendia ver aplicado, especificou alguns e complementou com "os da mesma natureza".

Verifica-se que a Lei Complementar nº 689/92 (alterada pelas Leis Complementares 830/97 e 1020/07) estabelece em seu artigo 4º que: "o Adicional de Local de Exercício será computado no cálculo das férias e do décimo terceiro salário, na conformidade do § 2º, do artigo 1º, da Lei Complementar nº 644, de 26 de dezembro de 1989, não se incorporando aos vencimentos para nenhum efeito". Em razão da proibição constante no dispositivo acima, não há falar-se em incorporação do ALE aos salários dos autores para nenhum efeito, na medida em que tal implicaria na incidência cumulativa proibida pela norma constante no artigo 37, inciso XIV, da Constituição Federal: "os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores". Ademais, a alteração promovida pela Lei Complementar nº 1.114/10 em nada alterou a natureza do adicional em questão. Referida lei, inclusive, dispõe em seu artigo 1º, §1º que o Adicional Local de Exercício será pago em código distinto, não incidindo sobre ele vantagem de qualquer natureza. Neste sentido, o entendimento do Supremo Tribunal Federal: "RECURSO EXTRAORDINÁRIO.CONSTITUCIONAL.ADMINISTRATIVO. POLICIAL MILITAR. ADICIONAL DE LOCAL DE EXERCÍCIO. LEI COMPLEMENTAR Nº 689/92 DO ESTADO DE SÃO PAULO. EXTENSÃO AOS INATIVOS. IMPOSSIBILIDADE. Lei instituidora de vantagem funcional não incorporável aos vencimentos e que tem como pressuposto para sua percepção o desempenho de função específica do policial militar não se estende a quem, na época, já se encontrava aposentado. Precedentes. Recurso extraordinário conhecido e provido." (RE 23405/SP, Rel. Ministro Maurício Corrêa, j. 05.03.2002, DJ 03.05.2002, p. 00022).

No mesmo sentido, a jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação Cível Mandado de Segurança - Policial militar inativo. Pretendido recebimento do "Adicional de Local de Exercício ALE" Concessão da segurança. Inconformismo-Inadmissibilidade Entendimento jurisprudencial sobre o tema desta C.Câmara Referido adicional que não possui caráter de verba geral É concedido em razão da complexidade das atividades exercidas e da dificuldade de fixação do profissional Vantagem específica do servidor em atividade Não incorporação Recursos providos." (Apelação nº 0040070-85.2009.8.26.0053, Rel. Des. Castilho Barbosa, j. 27 de novembro de 2012)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

MANDADO DE SEGURANÇA Policial militar ativo que percebe Adicional de Local de Exercício (ALE) e pretende a incorporação deste ao seu salário base, com repercussão no quinquênio e sexta-parte e RETP Impossibilidade O caráter geral que assumiu o referido adicional instituído pela Lei Complementar Estadual nº 689/92, ao ser estendido aos inativos e pensionistas, não repercute em direito líquido e certo à sua incorporação ao salário-base Não há direito adquirido a regime jurídico de servidor público Sentença de improcedência mantida, por outros fundamentos e recurso desprovido.” (Apelação nº 0021719-59.2012.8.26.0053, Rel. Des. Moreira de Carvalho, j. 28 de novembro de 2012).

Ressalte-se que com a superveniente promulgação da Lei Complementar nº 1.197/13, que passou a produzir efeitos a partir de 1º de março de 2013, o ALE deixou de existir, já que absorvido nos vencimentos dos integrantes das carreiras da Polícia Civil, Militar e de Agentes de Segurança Penitenciária.

Em relação ao adicional de insalubridade, também não assiste razão o autor, uma vez que se trata de adicional pago em razão do exercício da função em condições adversas à saúde, “em caráter permanente, em unidades ou atividades consideradas insalubres” (art. 1º da Lei Complementar nº 432/85).

No artigo 7º da lei mencionada está expressamente consignado que “o adicional de insalubridade que trata esta lei complementar será concedido ao funcionário ou servidor somente enquanto perdurar o exercício em unidades ou atividades insalubres, devendo cessar a concessão se constata, mediante laudo técnico, a eliminação de insalubridade.”

O auxílio alimentação é vantagem pecuniária paga ao servidor para cobrir os custos com refeições durante o exercício funcional. É, desta forma, o benefício concedido para viabilizar a própria prestação do serviço, e não em retribuição a qualquer atividade desempenhada pelo servidor, o que afasta o alegado caráter remuneratório da verba.

Neste passo, tem-se que o benefício constitui verba de caráter propter laborem, de natureza transitória, pago somente aos servidores em atividade e destinado para viabilizar a própria prestação do serviço, mercê de sua natureza indenizatória.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Diante o exposto, julgo improcedente a ação. Imputo ao autor as verbas de sucumbência, bem como honorários advocatícios, que fixo em 10% do valor atualizado da causa, observada a gratuidade da justiça.

P.I.C.

São Carlos, 11 de abril de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**